



Luci Aparecida
Uliana Serra

A entrevista com Luci Aparecida Uliana Serra, Secretária Adjunta de Segurança Alimentar de Diadema, foi realizada no dia 23 de janeiro de 2024 no Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional de Diadema (CRESAND) e conduzida por José Raimundo Sousa Ribeiro Junior e Luciana Travassos (docentes da Universidade Federal do ABC).

José Raimundo – Bom dia Luci. Quero te dizer que estou muito feliz de estar aqui novamente. Acompanhei por uma semana o trabalho de vocês aqui na Secretaria de Segurança Alimentar de Diadema, juntamente com os estudantes da disciplina Observatório de Políticas Públicas da UFABC ministrada pela profa. Livia Tommasi. É muito bom te entrevistar e conhecer mais sobre sua trajetória profissional. De saber como você caracteriza e avalia as políticas de segurança alimentar e nutricional e quais são os desafios que você entende que existem hoje para a superação da fome no nosso país, tanto no nível municipal, estadual como federal.

Luci – É muito bom falar um pouco da minha história, mas que acaba se misturando muito com a trajetória da política de segurança alimentar no nosso país.

No começo da gestão do prefeito Filippi¹ a gente se colocou um grande desafio, que era o de tentar estabelecer uma relação mais próxima com o meio acadêmico. Porque meu entendimento é de que na academia vocês têm um conhecimento muito represado e que poderia ajudar muito na gestão pública, principalmente nas gestões públicas municipais.

Luciana Travassos – Para a gente também. Porque esses dois conhecimentos articulados é que podem de fato fazer com que mudemos várias situações que a gente vê por aí, não é?

José Raimundo –. Acho que um dos propósitos da revista é esse mesmo, então é muito legal você já começar colocando isso.

Você pode começar nos contando um pouco sobre a sua trajetória profissional, em especial naquilo que tem relação com a temática da segurança alimentar.

Luci – Acho que tudo começou na minha formação técnica no ensino médio. Eu fiz colégio agrícola e sou técnica em agropecuária,. Fiz lá em

1. Referência à gestão de José de Filippi Júnior (PT) que teve início em 2021.

Jundiaí. E foi a partir daí que eu tive a oportunidade de trabalhar na gestão da prefeita Luísa Erundina, lá nos anos de 1990 à 1993, quando me vinculei a essa temática. Na época não era nem segurança alimentar, a gente trabalhava na política de abastecimento na Secretaria Municipal de Abastecimento do município de São Paulo.

Quando você trabalha essa questão de garantir direito à alimentação saudável para as pessoas, você acaba se envolvendo pessoalmente, profissionalmente, então eu comecei a me envolver e acabou virando uma militância política também.

Durante a gestão da Luísa Erundina encontramos muitos desafios. Um deles foi de dar um salto de qualidade no programa de alimentação escolar. A gente também implantou os sacolões municipais em toda a cidade de São Paulo, o que foi muito importante naquele momento, porque era um período de inflação muito alta e não havia muitas alternativas de acesso. Daí surgiu essa proposta, que foi muito importante porque conseguimos garantir o acesso a alimentos saudáveis para as pessoas na periferia. O preço chegava a ser de 40% a 50 % abaixo da média de mercado.

Também havia programas de compra de alimentos, que buscavam adquirir produtos de pequenos produtores, de organizações de produtores, que ainda eram muito desarticulados. Na época houve uma ocupação do MST em Sumaré (SP) e nos conseguimos trazê-los para comercializar alimentos em alguns pontos estratégicos da cidade. A gente cedia espaços públicos não só para produtores, mas também para fornecedores e atacadistas, desde que o alimento passasse por um controle de qualidade da equipe da secretaria e eles vendessem a um preço acordado, que era sempre bem abaixo do preço de mercado. O preço era a garantia de um abastecimento popular.

Também houve outras experiências como os comboios de alimentos, as compras comunitárias. Na época eu era uma jovem, tinha 20 anos e o nosso grande sonho, que foi realizado anos depois, era ter uma via de compra pública de alimento desses pequenos produtores. Naquela época isso era um sonho que estava longe de acontecer. Com muito trabalho e nessa construção de militância o sonho se tornou realidade através do PAA.

José Raimundo – E depois da gestão Erundina?

Luci – Por conta da experiência eu fui convidada no final da gestão Erundina para vir trabalhar em Diadema. Naquela época o Filippi, então candidato à prefeitura, colocou no plano de governo dele os sacolões municipais². Quando eu vim para Diadema além dos sacolões, começamos a pensar numa política de abastecimento para a cidade, com um trabalho de organização das feiras-livres, como foco na qualidade da prestação de serviços. Na época conseguimos implantar quatro sacolões municipais.

Terminada essa gestão fui convidada para ir para Mauá, onde fiquei cinco anos atuando nessa política. O objetivo era de conseguir implantar uma política pública nacional de segurança alimentar. Era um período de construção, e estávamos com muitos amigos espalhados por outros cantos do estado, do país, plantando essa semente.

Em Mauá o foco foi a melhoria da qualidade da alimentação escolar, mas com muita dificuldade, porque naquela época ainda a gestão era do Fernando Henrique Cardoso e o valor per capita que vinha para o município via PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar] era muito baixo.

2. José de Filippi Junior (PT) venceu essas eleições e foi prefeito de Diadema entre 1993 e 1996. Posteriormente, ele venceu outras três eleições tendo ficado à frente do município entre 2001 e 2008 e entre 2021 e 2024.

Trabalhamos na organização das feiras livres. Como os feirantes e comerciantes tinham pouco conhecimento, e pouco cuidado com a refrigeração, permitiam que as pessoas tocassem nos produtos, pois as pessoas não sabiam do perigo, dos riscos de contaminação. Aí dialogamos com eles, criamos cursos. Desde aquela época, a gente tentava trabalhar a intersetorialidade, e fizemos uma parceria com o pessoal da saúde, da vigilância sanitária.

Era um período em que havia muito desemprego e, trabalhando nas feiras, percebia-se o desperdício de alimento atrás das bancas. Aí conversamos com a gestão e se implantou o Programa de Suplementação Alimentar. Conversamos com os feirantes e eles doavam os alimentos que antes eram descartados.

A gente montou toda uma estrutura na prefeitura e produzia uma sopa. E se estruturou uma cozinha e se envolveu as organizações sociais, Pastoral da Criança, Associações de Amigos de Bairro, e levávamos a sopa até essas organizações para fortalecer o trabalho ali existente.

Depois desse período em Mauá, de 1997 à 2001, Filippi voltou para a prefeitura em Diadema e me convidou novamente para trabalhar com ele. Na época, havia grandes conflitos aqui por conta de comércio ambulante na região central. E tinha uma ordem judicial para tirar todos os ambulantes do centro. Construímos o Shopping Popular. Isso também tem relação com a política de segurança alimentar, porque é uma forma de garantir renda.

Paralelamente a gente foi trabalhando com os sacolões municipais implantados lá na década de 1990. O fato é que os sacolões não mais conseguiam competir com as grandes de supermercados, pois a margem de lucro dos sacolões é pequena, eles ganham na quantidade.

Mas continuamos nosso trabalho com as feiras livres, para melhorar a prestação de serviço. Fizemos parcerias com o SESI e com o SEBRAE, oferecemos cursos de higiene e manipulação de alimentos, o curso Aprender a Empreender (do SEBRAE).

Paralelamente, em 2002, começa então a grande campanha do Lula para presidente. Não sei se vocês lembram, mas se falava das caravanas da cidadania e foi aí que surgiu o projeto Fome Zero.

Com a eleição do Lula, por conta da militância, fomos ajudando o pessoal do então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome a implantar essa política nacional em Diadema. Eu e mais alguns técnicos já tínhamos uma trajetória, então quando surge o programa Fome Zero orientamos implantar os conselhos municipais de segurança alimentar.

O Ministério incentivava os municípios a implantar políticas municipais de segurança alimentar através de editais para implantar equipamentos públicos de segurança alimentar. Eram os bancos de alimentos, restaurantes populares, as hortas comunitárias. Implantamos o banco de alimentos, o programa de educação alimentar, informando as pessoas, a conscientização sobre uma alimentação saudável.

José Raimundo – É nesse momento que surge a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Diadema?

Luci – A Secretaria surge em 2006 em uma reforma administrativa. A mudança para Segurança Alimentar se deu em 2009, na gestão do prefeito Mário Real.

No começo da década de 1990, esses gestores que trabalhavam, que militavam e atuavam nos governos focavam nessa questão da garantia do acesso ao alimento. Foi o momento em que o Betinho propôs a Ação Cidadania para enfrentar a fome, com a preocupação era garantir o acesso ao alimento.

O nome surgiu no Encontro Nacional de Saúde, na década de 1980. E foi se ampliando, o número de profissionais que começam a militar nessa causa, que foi se ampliando. O alimento não tem que ser só acessível, mas também saudável e produzido de forma ambientalmente sustentável.

José Raimundo – Queria voltar para sua trajetória. Em 2001, você voltou para Diadema.

Luci – Isso, a partir de 2001 a gente começou então a estruturar uma política de segurança alimentar aqui na cidade que se fortaleceu quando o governo federal implantou o programa Fome Zero.

A gente conseguiu implantar o programa de educação alimentar nutricional, o programa Banco de Alimentos e, em 2004, começa a discussão do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). A gente teve uma participação bem bacana através de uma modalidade do PAA, compras diretas da agricultura familiar. Através de um convênio, eles mandavam recursos para o município e este cadastrava os produtores e comprava o alimento. E esse alimento ia para os restaurantes populares ou para o banco de alimentos, que chegava até as famílias nos territórios.

No começo, foi um grande desafio, não só pra Diadema, mas pra vários municípios que aderiram ao programa. Mauá, Santo André, Guarulhos, Osasco. Porque aqui na Região Metropolitana temos agricultores na região de Mogi, que é o mais próximo. Então, começamos a mapear com a ajuda de alguns colegas que trabalham na CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), que indicavam alguns grupos, associações de produtores de Ibiúna, de Piedade, do Vale do Ribeira.

A gente reunia técnicos dos municípios para fazer uma reunião com os produtores, apresentávamos o programa e indicávamos que eles teriam que se organizar. No primeiro momento houve uma grande resistência dos produtores em aderir. Devagar fomos conseguindo ampliar as compras. A gente viu o quanto o PAA ajudou na organização desses produtores, no fomento de cooperativas, de associações, no interior de São Paulo. Não somente o PAA, mas também o crédito para apoiar a compra de insumos, de maquinário. Esse foi um período de muita força para a agricultura familiar.

Em 2004, também implantamos o primeiro restaurante popular com ajuda de recursos do governo federal para adquirir todos os equipamentos.

Em 2009, implantamos o segundo restaurante popular. Conseguimos um terreno da prefeitura e construímos e equipamos outro restaurante popular com recursos do governo federal. Eu lembro que na época fomos conversar com o prefeito sobre nossa vontade de implantar restaurantes populares, um equipamento importante para garantir uma refeição de qualidade para as famílias que estavam numa situação de vulnerabilidade, de insegurança alimentar. Não só a família desempregada, mas aquele trabalhador que às vezes trabalha próximo do restaurante, que levava uma marmita e não tinha onde conservar e comia aquela comida que às vezes por estar fora de refrigeração já não estava com uma qualidade tão boa. Quando a gente pensa no restaurante popular, a gente pensa em todo esse público.

Na conversa com o prefeito ele disse que não teríamos recursos para subsidiar e eu respondi: “A gente não subsidia remédio? Por que não subsidiar alimentos? Vai prevenir doenças. Você vai investir no alimento e vai deixar de investir nos remédios.”

O primeiro Restaurante Popular, no Serraria, fica muito próximo de uma UBS. E eu lembro que a gente ia lá e ouvia relatos das equipes da UBS, da importância que foi o restaurante para as pessoas que eles faziam o acompanhamento, que sofriam de hipertensão, diabetes.

Nessa mesma época iniciamos um programa de agricultura urbana. Um vereador que vinha da Pastoral da Juventude e tinha uma visão da importância das hortas fez o projeto de lei de hortas comunitárias. Ao mesmo tempo, conseguimos recursos com o governo federal para implantar hortas através de compra de ferramentas.

Eram poucas hortas e eram comunitárias mesmo. Com o caminhar fomos amadurecendo. Envolvemos a Secretaria de Educação e começamos a trabalhar as hortas escolares. Aí vieram as hortas ocupacionais, junto com a Secretaria de Saúde. E criamos o Programa de Agricultura Urbana, por meio de um decreto que regulamenta todas essas modalidades.

Luciana Travassos – Gostaria de fazer uma pergunta. Sua trajetória é incrível e traz vários temas que tínhamos pensado em abordar na entrevista. Você fala bastante da relação entre o município com o governo federal, mas eu queria perguntar pra você qual foi o papel do governo estadual nessa trajetória toda?

Luci – Então, em um primeiro momento o governo estadual praticamente não teve uma articulação com a política de segurança alimentar. Tinha no governo do estado aquele programa de hortas, eu não lembro exatamente o nome, mas eram hortas comunitárias tinham apoio do fundo social pra sua implantação.

Nesse momento, eles tinham uma ação aqui na cidade que era um programa de distribuição de leite para organizações sociais.

Agora, nessa última gestão de 2021 à 2024, tivemos sim uma parceria com o governo estadual. Teve a implantação de um Restaurante Bom Prato no Eldorado, que funciona por meio de um termo de colaboração que envolve o governo do estado e a prefeitura, que repassam recursos para uma organização social que opera o restaurante.

José Raimundo – Para a gente interessa muito saber agora um pouco como você avalia o estado atual das políticas de segurança alimentar aqui no município.

Luci – Hoje, em Diadema, temos uma política de segurança alimentar implantada através de uma rede de equipamentos públicos. Aqui trabalhamos com a política de segurança alimentar dentro de alguns eixos. Tem o eixo da produção, apesar do município não ter muitas áreas disponíveis para produzir alimento, a gente enxerga muitas oportunidades aqui de produção de alimentos. Tanto que avançamos nas parcerias com a Eletropaulo, Enel e Transpetro [que cedem áreas para a implantação de hortas].

Também podemos avançar na relação com os produtores, na questão da formação agroecológica, porque muitos deles estão ali naquele espaço, mas não têm consciência da prestação e serviço que eles estão fazendo para o meio ambiente, para a comunidade.

E tem a questão das relações sociais entre eles. Quando chegamos em 2021, encontramos uma situação que não havia uma interação entre os agricultores urbanos. Às vezes, mesmo dentro da horta, era cada um no seu canteiro.

Até mesmo dentro das famílias eu acho que isso é um grande desafio, trabalhar as relações sociais, a integração. Não apenas no Programa Agricultura Urbana, mas em todos os outros públicos que a gente atende. Nas organizações sociais, no banco de alimentos, nos restaurantes populares.

Também queremos melhorar a comercialização desses alimentos, porque podem ajudar na geração de renda, pois ultrapassa a política de segurança alimentar.

Tentamos ao máximo levar para as pessoas essa consciência com relação ao alimento

saudável, desmistificando essa coisa do alimento fácil, prático, bonito, da embalagem bonita, dos ultraprocessados. Esse é um grande desafio que temos aqui na cidade.

Sobre os restaurantes populares, no final de 2022 implantamos um terceiro no Eldorado. E pretendemos fechar a gestão com um restaurante popular em cada região do município.

E com o fortalecimento do PAA, começamos a ter uma expectativa com relação à compra de alimento dos pequenos produtores. É uma modalidade do PAA, o programa Ação Simultânea e uma cooperativa de agricultores lá de Miracatu indicou o Banco de Alimentos de Diadema como a entidade que vai receber esses alimentos.

Temos hoje o Programa de Educação Alimentar, mas, não temos acesso a todas as escolas, a toda a rede de saúde. Então nos perguntamos, qual a proposta de uma ação integrada de educação alimentar e nutricional no município?

Precisamos envolver todas as secretarias, principalmente as de educação, assistência social, saúde e segurança alimentar. A ideia é que a gente construa um plano integrado que chegue numa grande parte da população, incentivando o consumo de alimentos saudáveis, focando na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Outra questão é a adesão ao SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar). Ela é importante porque faz a interlocução com o CONSEAD (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Diadema) onde a sociedade civil tem assento. Nós também estamos trabalhando no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O atual governo federal voltou a incentivar os municípios a criar essa estrutura de uma política municipal de segurança alimentar. Surgiram várias instituições normativas, decretos do governo federal criando política de abastecimento. Uma coisa interessante que eles fizeram foi a instrução normativa que trabalha essa questão da intersectoralidade, pensando na assistência, na saúde, na educação e na segurança alimentar.

José Raimundo – Encaminhando para o final da nossa conversa, vimos que na pandemia houve um crescimento brutal da fome. Gostaríamos de te ouvir um pouco sobre como foi isso em Diadema. Não temos dados mais recentes, nem dados na escala municipal, por isso gostaríamos de saber como vocês observaram isso no território e se ainda há territórios enfrentando essa dificuldade da fome.

Luci – Na verdade, principalmente nesses últimos nove anos, nós acompanhamos o crescimento da exclusão no país. Mas infelizmente, por várias medidas econômicas e sociais a gente percebeu a volta da exclusão social e paralelamente a volta da fome aqui na cidade.

Além dessa questão econômica e social também nos deparamos com a pandemia. Infelizmente não estávamos preparados para isso, não só com relação ao abastecimento, mas marcou muito essa questão. Nossas reservas da CONAB passavam por um desmonte, não havia estoque de feijão, de arroz e o que sentimos aqui na cidade foi uma coisa de louco.

O Banco de Alimentos fechou na pandemia e era um momento em que ele tinha que estar trabalhando muito mais. A gente percebe que a gestão daquele momento³ não teve esse olhar e aqui do lado os produtores de Mogi estavam perdendo seus alimentos, porque não havia como entregar, e gerou uma crise de abastecimento. Para você ter uma ideia, tínhamos recursos do PAA em 2020, mas esse recurso ficou parado, não utilizaram. Em 2021, quando entramos a primeira coisa que fizemos foi utilizar esses recursos.

3. Referência à gestão de Lauro Michels Sobrinho (PV) que ficou à frente da prefeitura de Diadema entre 2013 e 2020.

Infelizmente algumas decisões, algumas políticas, acabam refletindo de forma muito avassaladora contra a população. Principalmente a parcela da população que mais necessita do poder público. Quando voltamos em 2021, a gente sentia que tinha um movimento aqui na cidade, porque a sociedade civil acabou assumindo um pouco essa responsabilidade de organizar campanhas e arrecadar alimento.

Dentro da saúde, foi criada uma campanha chamada Sua Vida Importa Pra Mim. No momento seguinte, quando começamos a fortalecer a relação com as organizações sociais para arrecadar alimentos a campanha passou a se chamar Sua Vida Importa Pra Mim e Sua Fome Me Incomoda.

Através da política de desenvolvimento econômico a prefeitura também criou estratégias para a geração de empregos, mas ainda identificamos situações de vulnerabilidade em algumas regiões da cidade, onde tentamos trabalhar não só por meio das políticas de segurança alimentar, mas de desenvolvimento econômico, de assistência social.

José Raimundo – Para finalizar vou fazer mais uma questão. Estamos em ano de eleição municipal e na sua fala você se colocou como uma gestora que também é militante. Acho que isso caracteriza a sua trajetória e é muito interessante e potente ver isso. Então, minha última pergunta é em torno da mobilização da população em torno desse tema.

Você poderia falar um pouco de quais são os desafios para mobilizar a população em torno das questões da alimentação, se vocês enfrentam esses desafios e como você avalia a mobilização da população em torno dessa temática?

Luci – Eu tenho a percepção de que as pessoas ainda não assumiram a alimentação como um direito.

Essa política de garantia do Direito Humano à Alimentação é uma coisa muito nova, tanto é que a nossa Constituição não trabalhou isso lá em 1988. Foi depois de muita luta que isso aconteceu, que a gente conseguiu inserir na nossa Constituição o direito humano à alimentação. Por conta disso, a população não aderiu ainda, não entende esse direito como um direito básico.

E o que temos em vista para esse ano aqui em Diadema? Como eu disse, estamos trabalhando na construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar. Estamos na fase do diagnóstico, vamos para as bases, para debater esse diagnóstico. E também para indicar o que devemos fazer nos próximos quatro anos, quais serão as metas, como vamos monitorar, o que podemos desenvolver no curto, médio e longo prazo. Essa é nossa forma de incentivar as pessoas a participarem e saberem desse direito tão importante. Não só as pessoas, mas as lideranças, as organizações sociais, que desenvolvem trabalhos no território, no dia a dia.

Mas não queremos trabalhar apenas com aqueles que estão excluídos. Por fim, recentemente implantamos uma feira agroecológica aqui na cidade, mas ainda não conseguimos fazer as pessoas irem para essa feira.

José Raimundo – Luci, muito obrigado pela entrevista.

Luciana Travassos – Muito obrigada, foi uma aula.

